



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ética e direitos humanos

Desafios à permanência estudantil no contexto ultraneoliberal

João Paulo Rosa Lorenço¹
Kamilly Pereira Cavalcante ²
Carmen Silvia Riguetti Nobile³

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar como que as vulnerabilidades socioeconômicas e as situações de saúde mental afetam a permanência dos alunos no curso de serviço social na UEL(Universidade Estadual de Londrina). Adota-se o método de pesquisa bibliográfica e a pesquisa de opinião. Evidenciou-se a importância de programas de apoio financeiro, bolsas de permanência estudantil e subsídios para alimentação e transporte, que são essenciais para a continuidade dos estudos. Também foram encontradas dificuldades, como a falta de recursos e a complexidade dos procedimentos de acesso e permanência, que causam desigualdades internas e vulnerabilidades entre os alunos.

Palavras-chave: permanência estudantil; neoliberalismo; educação superior; políticas sociais

Abstract: This article aims to examine how socioeconomic vulnerabilities and mental health situations affect student retention in the social work course at UEL (State University of Londrina). The research method adopted was bibliographic research and opinion research. The importance of financial support programs, student retention grants, and subsidies for food and transportation, which are essential for continuing studies, was highlighted. Difficulties were also found, such as lack of resources and the complexity of access and retention procedures, which cause internal inequalities and vulnerabilities among students.

Keywords: student stay; neoliberalism; higher education; social policies.

¹ Assistente Social, professor assistente no departamento de Serviço Social da Universidade estadual de Londrina (UEL), mestre e doutorando em Serviço Social e Política Social pela, UEL. joaopaulorosalorenco@gmail.com

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina, kamilly.cavalcante@uel.br.

³ Assistente social aposentada no TJSP, Professora Temporária – UEL/Londrina/PR, Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca/SP, crighetti@uel.br .



1 INTRODUÇÃO

No tempo presente, o avanço da extrema-direita, situa-se em processo de autoritarismo e associativismo, unindo processos de exceção e de práticas antidemocráticas e de não ampliação de direitos sociais, especialmente nas manifestações nos meios digitais e nas ruas (Tatagiba, 2022). Neste sentido, há a defesa de uma suposta naturalidade de um perfil branco, masculino e heterossexual na condução econômica da sociedade, que tem como base valores individualistas e a menor intervenção do Estado, alinhando pautas conservadores e políticas neoliberais. Ao adentrar nos espaços da família, igrejas, escolas e agremiações, para além do âmbito do mercado, a nova direita introjetou suas concepções na sociedade ao longo das décadas, tendo sucesso na sociedade atual, cujo marco central se dá na espetacularização da vida (Pereira, 2020).

O avanço da extrema-direita alinha o ideário e a política neoliberal às concepções morais conservadoras, atacando os valores democráticos e os grupos historicamente marginalizados, tais como as mulheres, pessoas negras, deficientes e LGBTQIAPN+ (Pereira, 2020). Para o Serviço Social, bem como para as outras áreas de conhecimento, o rebatimento da financeirização do Capital atinge diretamente na formação profissional vinculando a educação à mero produto.

Neste sentido, a permanência estudantil não depende apenas da dedicação individual, mas de ações institucionais integradas que garantam condições concretas de estudo e de saúde mental, reafirmando o direito à educação pública, gratuita e de qualidade¹, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, o estudo contribui para a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelos estudantes e reforça a importância de políticas educacionais efetivas voltadas à igualdade e à democratização do ensino superior.

Os desafios enfrentados pelos estudantes que precisam equilibrar suas trajetórias acadêmicas com situações de maior vulnerabilidade socioeconômica², muitas vezes, acrescentada às questões ligadas à saúde mental, são diversos. No curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), essa questão ganha uma importância especial, uma vez que muitos graduandos experimentam situações que podem afetar diretamente a continuidade de seus estudos. Entender como esses fatores influenciam na permanência estudantil é fundamental para pensarmos nas políticas e ações institucionais.

Dessa forma, estabelecemos como objetivo examinar como as vulnerabilidades socioeconômicas e as situações de saúde mental afetam a permanência dos alunos no curso de serviço social na UEL, com o intuito de identificar os fatores mais relevantes apresentados em sua trajetória acadêmica. Escolhemos utilizar como ferramenta metodológica a pesquisa de opinião, pois é uma técnica que facilita a coleta organizada de dados quantitativos e qualitativos

¹ Que se sobrepõe a dimensão do ensino/aprendizagem, espalhando-se para pesquisa e extensão.

² Desigualdades sociais, econômicas, políticas, territoriais e culturais decorrentes das relações de exploração e superexploração capitalista.



sem qualquer tipo de identificação individual dos estudantes³. Isso permite identificar, de maneira objetiva, as percepções dos graduandos sobre os fatores que afetam sua permanência no ensino superior (Gil, 2008; Minayo, 1994).

O trabalho será dividido em dois momentos, o primeiro trata-se das questões relativas à compreensão do papel das políticas sociais na vida dos trabalhadores, com ênfase às políticas de permanência estudantil na educação superior. Em um segundo momento será trabalhado alguns dados coletados junto aos estudantes através da pesquisa de opinião sobre os fatores que afetam a permanência no ensino superior.

2 O PAPEL DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA VIDA DOS TRABALHADORES E ÀS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A partir da aproximação com o materialismo histórico-dialético, a apreensão da totalidade da realidade social em movimento, num processo de práxis humana, faz-se relevante para compreender o papel das políticas sociais na vida dos trabalhadores e as políticas de permanência estudantil na educação superior. Para além dos parâmetros legais e éticos, faz-se necessário a apreensão do movimento da realidade para além da aparência, compreendendo a essência da realidade social que se apresenta para os profissionais e para a população usuária dos serviços ofertados pelas políticas sociais (Guedes, Fortuna, 2020).

Para tanto, é primordial a compreensão do movimento do real a partir da análise dos fatos e acontecimentos, das relações sociais, das condições objetivas e subjetivas dos sujeitos, em uma proposta que busque o rompimento com o pensamento conservador⁴. Aliás, é neste processo de rompimento com o conservadorismo que se encontra a necessidade do conhecimento dos fundamentos ontológicos do ser social, somando forças ao coletivo dos trabalhadores na construção de uma nova ordem societária, livre de quaisquer tipos de exploração, violência e preconceitos (Guedes, Fortuna, 2020).

Em um contexto contemporâneo, marcado por transformações sociometabólicas⁵ do Capital, reestruturação das relações trabalhistas, pela precarização do trabalho, pela financeirização e pelo avanço do conservadorismo no âmbito da vida cotidiana, cada vez mais destacado pela lógica individualista, produtivista e privatista, pela negação da ciência e revisionismo histórico é necessário que a mediação entre a teoria social crítica e a análise da realidade social estejam cada vez mais articuladas (Guedes, Fortuna, 2020).

³ O formulário da pesquisa de opinião foi disponibilizado de forma online e anônima por aproximadamente três semanas no ano de 2025. Nenhum dos autores deste trabalho tiveram acesso às informações individuais que pudessem identificar os estudantes que participaram da pesquisa.

⁴ Na concepção clássica, em autores como Nisbet, o conservadorismo busca reestabelecer a sociedade teocrática medieval no tempo presente. Com o alinhamento dos conservadores e liberais ganhou força uma nova forma de condução da vida econômica e social após o século XIX, reconfigurando suas formas e expressões em cada tempo histórico.

⁵ A partir da crise do petróleo na década de 1970, o capitalismo entrou em um processo de crise constante, reverberando em ajustes econômicos, financeirização, mundialização do Capital, consolidação de monopólios e redução de investimentos em políticas sociais. Portanto, a terminologia se refere às transformações ocorridas na estrutura e superestrutura e que conformam transformações substanciais em curso no processo de crise do Capital.



O tempo presente é marcado pelo pensamento e ideário neoliberal, que tem no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional seus principais agentes de propagação, após a décadas de 1970 e 1980, crescendo a centralidade no indivíduo para gerência de sua própria proteção social⁶, a crença na autorregulação do mercado, e a de que o empresário deve ser figura central nas relações sociais de produção⁷, pois ao gerar empregos torna-se peça fundamental da continuidade deste modo de produção (Pereira, 2015).

Para Behring (2018), o ajuste fiscal brasileiro é permanente, continuado com a política econômica neoliberal e as definições dos organismos e agências internacionais. Ao situar o plano real e sua articulação passiva ao projeto neoliberal, a autora afirma que tal plano foi arquitetado pela classe dominante. Neste sentido, foi necessário a implementação da reforma do Estado para novas requisições e reorganizações que atendessem à lógica do novo plano neoliberal.

Tal condução política e econômica deixou o país à mercê do capitalismo financeiro, ou seja, um Estado forte para criação de um mercado livre, a partir de uma série de isenções fiscais, além da atuação da sociedade civil e do setor privado nas responsabilidades estatais, visando superposição e rentabilidade dos recursos, submissão dos recursos públicos em detrimento de investimentos privados e favorecimento da continuidade de práticas clientelistas (Behring, 2018).

O Estado ganhou um mero papel fiscalizador, a partir das comissões, parcerias e conselhos em organizações da sociedade civil, demonstrando uma rigorosa forma de privatização de setores lucrativos. Neste sentido, perde-se, cada vez mais, a obrigatoriedade de concursos públicos e ganha espaço as terceirizações e contratações diretas com os profissionais, desvinculando, em muito dos casos, o conhecimento técnico destes. Este processo favoreceu o crescimento da dívida pública e a responsabilização da sociedade civil, aliado à privatização e à focalização das ações das políticas sociais (Behring, 2018).

A financeirização sentida pela implementação das políticas neoliberais no Brasil, foi imposta à classe trabalhadora através das políticas sociais, pois o Estado, em um país de capitalismo dependente, fica a serviço das classes dominantes internacionais e regionais, possuindo caráter autoritário. Crescem as precarizações das relações trabalhistas, baixos salários e longas jornadas de trabalho que favorecem a acumulação de capital, sendo ainda mais agressivo nas economias dependentes, como é o caso brasileiro, pois além de sustentar o imperialismo, também deve subserviência às elites locais. Quando das revoltas das classes subalternas pela exploração que sofrem, há a criminalização das lutas populares e maior intervenção do Estado para manutenção do Capital (Brettas, 2020).

Outro fator apontando por Bretas (2020), e que impacta diretamente no engendramento entre luta de classes, Estado e proteção social refere-se a alta concentração de renda brasileira, que sinaliza um sistema tributário regressivo, onde a população empobrecida paga proporcionalmente mais que os setores com maior renda. Além disso, veem seu sistema de proteção social, implementado após Constituição Federal de 1988, constantemente atacado.

⁶ Série de políticas sociais que visam o bem-estar social. No Brasil é composta, essencialmente, pelo tripé da seguridade social: assistência social, saúde e previdência social, após Constituição Federal de 1988.

⁷ A relação entre as classes sociais antagônicas: capitalistas e trabalhadores.



Este é o cenário sociopolítico e econômico na qual se insere a educação brasileira, especialmente a superior. Se anteriormente era tida como salvação individual para as mazelas do capitalismo, agora é vista em crise pelos mesmos ideólogos, que constantemente atacam a ciência e o ensino superior (Caldeira, 2021).

A Constituição Federal de 1988 definiu a educação como um direito social essencial e uma obrigação do Estado e da família, visando promover o desenvolvimento integral do indivíduo, sua preparação para a cidadania e sua capacitação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205). O artigo 206 da Carta Constitucional garante que o ensino deve ser oferecido com base em princípios como igualdade de oportunidades para acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público e valorização dos profissionais da educação.

Esses aparelhos reforçam a educação como um componente fundamental do projeto democrático e do processo de inclusão social, atribuindo ao Estado a obrigação de criar políticas que assegurem não só a entrada, mas também a continuidade e a conclusão dos estudos. Com base nesses princípios, as políticas públicas de educação superior começaram a incluir programas e iniciativas focadas na democratização do acesso e na permanência dos alunos.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) criado em 2004 e instituído pela Lei nº 11.096/2005, oferta bolsas de estudo integrais, que corresponde ao valor total da mensalidade do curso, tornando-o totalmente gratuito para o estudante, e parciais, que corresponde a 50% do valor da mensalidade do curso. As bolsas são para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições particulares de educação superior.

Duas vezes ao ano, o Prouni abre inscrições para selecionar os participantes com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O público é o estudante brasileiro sem diploma de nível superior que comprove renda média por pessoa da família de acordo com os critérios exigidos para cada tipo de bolsa.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), instituído pela Lei nº 13.530 de 07 de dezembro de 2017, para concessão de financiamento à estudantes de cursos superiores, não gratuitos, e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, custeados pelo Fundo de Financiamento Estudantil.

O Sistema de Seleção Unificada (SISU), plataforma digital no ar desde janeiro de 2010 sendo desenvolvida pelo Ministério da Educação brasileiro e utilizada pelos estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para se inscreverem nas instituições de ensino superior que aderiram total ou parcialmente, com uma certa porcentagem de suas vagas, à nota do Enem como forma de ingresso, em substituição ao vestibular.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto n.º 7.234/2010, é a principal ferramenta para combater a evasão nas universidades públicas, pois entende que o êxito acadêmico depende de condições materiais apropriadas e de uma rede de apoio social integrada (Maciel; Cunha Júnior; Lima, 2019). A Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) foi organizada para ampliar e garantir as condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de educação



profissional e tecnológica, com especial atenção aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os objetivos da Pnaes incluem democratizar o acesso à educação pública federal, minimizar desigualdades sociais e regionais, reduzir taxas de retenção e evasão e melhorar o desempenho acadêmico e a inclusão social dos estudantes.

Ademais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), estabelecido em 2007, ajudou a tornar o acesso ao ensino superior público mais democrático, enquanto fomentava debates sobre infraestrutura e a necessidade de políticas de assistência estudantil. No entanto, apesar desses progressos, a permanência continua sendo um desafio, especialmente nas universidades estaduais, que geralmente lidam com restrições financeiras que dificultam a implementação de políticas duradouras de apoio aos estudantes, como é o caso do estado do Paraná⁸.

De acordo com Behring e Boschetti (2016), as políticas sociais, quando guiadas pelo princípio da universalidade, funcionam como ferramentas de redistribuição e combate às desigualdades. No entanto, quando influenciadas pela lógica neoliberal e por limitações fiscais, tendem a se tornar focalizadas e inadequadas, beneficiando apenas uma parcela da população vulnerável, situação que também se observa na política educacional.

As políticas de permanência estudantil não devem ser vistas como medidas compensatórias, mas como manifestações concretas do direito à educação e do papel social das universidades públicas. Para garantir esse direito, é necessário investimento constante, integração com outras políticas sociais e comprometimento das instituições em promover a igualdade de acesso e permanência. Assim, podemos progredir na criação de uma educação superior que seja verdadeiramente democrática, inclusiva e capaz de promover transformações sociais, de acordo com os princípios definidos pela Constituição de 1988.

3 ALGUNS FATORES QUE AFETAM A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: RESULTADOS DE UMA PESQUISA

Um dos fenômenos visíveis das políticas da inexistência ou da fragmentação de política de permanência estudantil se dá na evasão escolar. No ensino superior é um fenômeno social complexo, resultante de múltiplos fatores interligados. Ela não se restringe à decisão individual de abandonar o curso, mas reflete as condições estruturais da sociedade, as limitações institucionais das universidades e as desigualdades socioeconômicas que atravessam o acesso e a permanência na educação superior.

Segundo Maciel, Cunha Júnior e Lima (2019), o debate sobre evasão no Brasil ganhou relevância a partir da expansão do ensino superior e da criação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso, como ProUni, PNAES e o Reuni. No entanto, as elevadas taxas de

⁸ E também o incentivo à militarização da educação básica e congelamento sucessivo de investimento na educação superior, com concursos públicos reduzidos, obrigatoriedade de percentual de professores contratados em regime temporário, centralização da gestão financeira, falta de reposição salarial, dentre outros.



evasão indicam que o ingresso nas universidades não assegura a continuidade da trajetória acadêmica.

O fenômeno da evasão está, portanto, relacionado à combinação de fatores socioeconômicos, institucionais, pedagógicos e subjetivos, que interferem diretamente na permanência estudantil. Compreender suas causas é fundamental para o aprimoramento das políticas públicas e institucionais de apoio, garantindo o direito à educação superior como parte integrante dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

Segundo Maciel, Cunha Júnior e Lima (2019), o fenômeno é definido da seguinte forma: “a evasão representa o desligamento do curso ou da instituição e interfere no rompimento do acesso a esse nível de educação” (Maciel et al., 2019, p. 5). Neste sentido, o abandono dos estudos está frequentemente associado às dificuldades financeiras, à falta de identificação com o curso, ao baixo rendimento acadêmico e à ausência de políticas institucionais de apoio (Maciel et al., 2019, p. 10).

A permanência estudantil “tem de estar relacionada à situação em que o estudante mantenha a motivação, encontrando condições que considera essenciais para permanecer no curso de graduação” (Maciel et al., 2019, p. 5). Em muitos casos, estes estudantes provenientes das classes sociais em maior vulnerabilidade social enfrentam condições precárias de vida e dificuldades para arcar com investimentos indiretos da formação universitária, como transporte, alimentação e materiais didáticos, o que pode colaborar com o abandono do curso.

Os dados coletados por meio de pesquisa de opinião sem identificação individual dos estudantes, através de formulários online pré-elaborados junto aos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) corroboram com essas afirmações.

Os formulários possuíam perguntas sobre o turno, série, local de realização do ensino médio (se escola pública ou privada), realização de atividades laborais ou de estágio, além de vivência de situações de bullying e preconceitos, não detalhados a fim de evitar quaisquer tipos de identificação dos sujeitos participantes da pesquisa e sentimento de vontade de desistência do curso.

As respostas indicam que as condições socioeconômicas são determinantes para o risco de evasão, especialmente devido à dificuldade em custear investimentos indiretos. Além disso, a necessidade de trabalhar reduz o tempo disponível para os estudos, afetando o desempenho acadêmico. Questões de saúde mental, como ansiedade e exaustão, também evidenciam o impacto das condições de vida sobre o processo formativo.

Dessa forma, a evasão escolar deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, que exige políticas de permanência estudantil, apoio psicológico e suporte pedagógico voltadas à promoção da igualdade de oportunidades e à efetiva democratização do ensino superior para todos os estudantes. Reforçando a importância de fortalecer políticas sociais voltadas igualdades de direitos.

Como afirmam Maciel, Cunha Júnior e Lima:



As produções científicas sobre permanência e evasão vêm adquirindo relevância no processo de consolidação do sistema de educação superior, uma vez que cooperam na busca de elementos no combate à evasão e no fortalecimento das ações de permanência (Maciel, Cunha Júnior e Lima, 2019, p. 3)

A UEL tem como órgão de apoio o Serviço de Bem-Estar a Comunidade, encarregado de atender servidores e estudantes, em todos os níveis de função e níveis acadêmicos. Todavia, o corpo técnico reduzido e precarizado devido a contratação temporária, além de políticas fragmentadas de permanência estudantil, voltadas quase exclusivamente ao atendimento emergencial em saúde mental e transferência de renda, por meio de bolsas dá tom à continuidade das políticas neoliberais do estado do Paraná.

Dos estudantes que responderam à pesquisa de opinião, seis são do quarto ano matutino, três do quarto ano noturno, dois do terceiro ano noturno, dois do segundo ano noturno e um do primeiro ano noturno. Verificou-se que todos os quatorze estudantes cursaram o ensino médio em instituições públicas de ensino, o que reforça a predominância de trajetórias educacionais vinculadas à rede pública.

Em relação às atividades desempenhadas atualmente, observou-se que dez estudantes realizam estágio remunerado, três estudantes trabalham e um concilia simultaneamente trabalho e estágio. No que tange às experiências vivenciadas no ambiente universitário, constatou-se que cinco estudantes afirmaram ter sofrido ou presenciado alguma forma de preconceito dentro da Universidade, enquanto nove relataram não ter vivenciado tais situações.

O estudo também evidenciou o profundo impacto na saúde mental, com relatos de sintomas de ansiedade, depressão e cansaço extremo. De forma semelhante, sete estudantes mencionaram se sentir excluídos ou ter vivenciado alguma situação de bullying e/ou preconceito, e outros sete afirmaram não ter passado por essas experiências. Quanto à percepção sobre a estrutura curricular do curso, 10 estudantes consideraram a grade curricular extensa, enquanto quatro não compartilham dessa avaliação, o que pode indicar a fragilidade da educação básica, bem como o tempo reduzido para estudo nos horários de contraturno escolar.

Observou-se ainda que onze estudantes relataram dificuldades em conciliar as atividades acadêmicas com outras demandas pessoais e profissionais, ao passo que 3 afirmaram não enfrentar tais dificuldades. O dado mais interessante é que treze dos quatorze estudantes relataram já ter pensado em desistir do curso, apenas um afirmando não ter cogitado essa possibilidade.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo examinar como que as vulnerabilidades socioeconômicas e as situações de saúde mental afetam a permanência dos alunos no curso de serviço social na UEL(Universidade Estadual de Londrina). Para atingirmos o nosso objetivo utilizamos a ferramenta metodológica a pesquisa de opinião.

Com bases nos dados citados acima, é possível evidenciar a presença de múltiplos fatores que interferem diretamente na permanência acadêmica dos estudantes do curso de



Serviço Social da UEL, por exemplo, a predominância de estudantes oriundos de escolas públicas. Além disso, as experiências de preconceito, exclusão e a percepção de uma grade curricular extensa demonstram que os desafios enfrentados não se restringem apenas às condições materiais, mas atravessam aspectos institucionais e subjetivos.

O alto índice de estudantes que já pensaram em desistir do curso reforça a urgência de políticas de apoio e estratégias de acolhimento que considerem as vulnerabilidades e as demandas específicas dessa população acadêmica.

Assim, os dados obtidos através de formulário evidenciam a importância de compreender a permanência estudantil como um fenômeno complexo e multifatorial, que exige da instituição um compromisso contínuo com a inclusão e com o fortalecimento de ações voltadas à permanência estudantil.

As vulnerabilidades identificadas não se restringem apenas às dificuldades financeiras, embora estas sejam determinantes, levando muitos a depender de auxílios ou empregos precários. O estudo também evidenciou o profundo impacto na saúde mental, com relatos de sintomas de ansiedade, depressão e cansaço extremo. Além disso, os desafios extrapolam as condições materiais, atravessando aspectos institucionais e subjetivos, como a ocorrência de situações de preconceito e bullying no ambiente universitário.

Neste sentido as vulnerabilidades socioeconômicas não apenas influenciam a permanência, mas delimitam o alcance do direito à educação como direito social. A efetivação desse direito depende da ampliação das políticas de proteção social e da articulação entre universidade e Estado, de modo a promover igualdade de oportunidades e o suporte integral às trajetórias acadêmicas. A consolidação de políticas voltadas à permanência estudantil, saúde mental e inclusão é indispensável para reduzir a evasão e fortalecer a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL, Congresso Nacional. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/fies/duvidas>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: acessounico.mec.gov.br. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005.



BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *ENPESS*. 2018.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Da “educação como salvação” à “crise da escola”: notas sobre a história da instituição escolar. *Cadernos de História da Educação*, v.20, p.1-12, e001, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do/a Assistente Social*. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Olegna de Souza; FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade. A produção do conhecimento e o projeto ético-político do serviço social. *Revista Katálisis*., Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 25-33, jan./abr. 2020

MACIEL, Carina Elisabeth; CUNHA JÚNIOR, Mauro; LIMA, Tatiane da Silva. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, e198669, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 1–21, 2015.

PEREIRA, C. P. Nova Direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA, P. A. P. (org.). *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez; Politiza, 2020.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

TATAGIBA, L. et al. (Org.). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk, 2022.